



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Intervenção da Presidente do CNE no Seminário “*Associação de Instituições de Ensino Superior em Portugal: Políticas e práticas*”

28 de Novembro de 2011

Antes de me dedicar especificamente ao tema do seminário que aqui nos reúne hoje, vou procurar contextualizar esta iniciativa numa curta intervenção organizada em dois pontos essenciais: a **missão do CNE**, em que se enquadram estas actividades de reflexão, e o **Estado da Educação**, como um dos produtos do acompanhamento da situação educativa que também lhe incumbe.

1- A missão do CNE

O Conselho Nacional de Educação é um órgão independente que reúne no seu seio elementos de diferentes quadrantes políticos, profissionais ligados à educação e investigação, organizações patronais e sindicais, outros parceiros educativos e estudantes.

Uma das missões do Conselho Nacional de Educação é a promoção do debate educativo e a produção de consensos para o desenvolvimento deste sector. Temos o dever de acompanhar a evolução da situação educativa do país e conhecer os seus problemas para propor soluções para a sua resolução.

As posições do CNE assentam no trabalho desenvolvido pelas suas comissões e plenário, sendo essenciais as audições, as deslocações ao terreno e os estudos que ajudam a fundamentar as posições do Conselho.

Temos seguido com particular atenção o desenvolvimento do ensino superior em Portugal, na certeza de que dele e da sua qualidade dependem a solução de muitos dos problemas que nos afectam e a nossa capacidade de afirmação no mundo.

A defesa da autonomia das instituições, da democratização do acesso ao ensino superior, da qualidade das formações e da construção de excelência são preocupações presentes nos nossos trabalhos.

Temos vindo a acompanhar as reformas em curso no ensino superior, designadamente através de audições e estudos em que participaram muitas das pessoas aqui presentes, a quem agradeço, uma vez mais, a colaboração. Em 2012 apresentaremos, por exemplo, o resultado do estudo em curso sobre a implementação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior.

2 - O EE 2011

A propósito do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo CNE, justifica-se um curto apontamento sobre o Estado da Educação 2011, que foi aprovado no último plenário e que será apresentado dentro de dias. Trata-se de um retrato que se pretende independente, no qual se caracteriza a situação da educação em Portugal, a sua evolução e os seus problemas e onde são apresentadas recomendações. Em 2011, o Estado da Educação é dedicado à qualificação dos portugueses. O estudo diz essencialmente respeito aos últimos dez anos e consagra uma parte significativa ao ensino superior. São identificados aspectos positivos e dimensões a melhorar.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Permitam-me algumas breves referências aos dados que aí são apresentados, dados importantes para a compreensão da composição da população estudantil em Portugal e dos novos públicos: Portugal é simultaneamente o país com menores qualificações da Europa a 27, mas um dos que mais tem evoluído.

Temos, por um lado, razões para encarar o futuro sem o fatalismo que, com frequência, nos caracteriza, porque estamos a ser capazes de dar passos largos para conseguir qualificar os portugueses, mas sabemos também que não podemos baixar o ritmo a que temos vindo a melhorar o acesso ao sistema de educação e formação. Com efeito, se considerarmos a população dos 25 aos 65 anos, verificamos, por exemplo, que só cerca de 32% dos portugueses atingiram pelo menos o nível secundário de formação, contra cerca de 73% na EU a 27. Mas se nos concentrarmos nos mais novos, na faixa etária 20-24, já a situação é menos discrepante, posicionando-nos a 20 pontos percentuais da média europeia (59% para 79%). No que diz respeito ao ensino superior a nossa diferença passa a ser de cerca de 10 pp, sendo portanto ainda menor.

Apesar de nos últimos dez anos termos tido uma evolução muito significativa, continuamos a ter uma dívida para com as gerações que não puderam frequentar a escola ou a abandonaram precocemente, mas estamos a conseguir dar passos significativos para melhorar a qualificação dos activos portugueses.

Os níveis de frequência dos ensinos básico e secundário cresceram de modo significativo. Nos últimos dez anos, a população com dezassete anos inscrita no ensino secundário passou de 63,2% para 80,4%. No entanto, apenas 55% das alunas e 45% dos alunos que frequentam o 12º ano têm 17 anos (“a idade certa”), verificando-se que 12% dos inscritos (10% das mulheres e 14% dos homens) apresenta um desvio etário de 3 ou mais anos. Este é um dos principais problemas da escolaridade em Portugal que condiciona o acesso em condições favoráveis a formações profissionais de qualidade ou ao ensino superior. A equidade no acesso à frequência do ensino superior e o equilíbrio na composição sociocultural das elites dependem da igualdade de oportunidades a montante.

O CNE tem vindo a recomendar que, desde as primeiras fases da escolaridade, seja realizado um esforço visando a melhoria da qualidade das aprendizagens, de modo a evitar a acumulação de dificuldades, responsáveis por percursos perturbados ou abandono da escolaridade sem qualificação. Temos dito que é necessário mais trabalho e esforço da parte dos alunos e que é necessário que estes trabalhem mais no tempo em que estão na escola.

No Estudo realizado identificámos ainda um conjunto significativo de respostas em matéria de formação profissional e educação de adultos que têm contribuído nos últimos anos para o aumento das qualificações dos jovens e activos e que o CNE considera deverem ser avaliadas e desenvolvidas, investindo-se na sustentabilidade das que revelarem melhores perspectivas de futuro.

Em matéria de ensino superior, registámos um grande esforço de crescimento das instituições públicas e privadas, atingindo níveis de frequência de jovens comparáveis aos da média Europeia. Igualmente como resultado desse esforço de crescimento deram-se passos significativos para a integração de novos públicos, processo que pode também contribuir para a equidade.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Estado da Educação assinala, ainda, uma melhoria considerável da qualificação do corpo docente, mas regista uma situação preocupante no que diz respeito à sua renovação. O envelhecimento do corpo docente existe em todos os níveis de ensino, sendo, contudo, ainda mais acentuado no ensino superior.

Em síntese, os dados obtidos apontam para a necessidade de uma grande e continuada aposta na qualificação dos portugueses.

3 -Tema e organização do seminário

Finalmente, umas notas relacionadas com o tema do seminário e sua organização.

A democratização do acesso ao ensino superior foi possível graças a um esforço de crescimento das instituições existentes e à criação de um elevado número de novas instituições. Numa primeira fase, nos anos setenta, as redes criadas visavam uma articulação, designadamente com necessidades então identificadas do desenvolvimento regional e do desenvolvimento educativo.

Nas fases subsequentes outras lógicas foram determinando a densificação da rede.

As lógicas que presidiram ao crescimento e diversificação das instituições alteraram-se profundamente. Sob o peso da crise financeira do país e da incerteza quanto ao futuro da Europa erguem-se hoje inevitáveis preocupações quanto à racionalização da rede de cursos e instituições.

O debate é marcado por problemáticas que se prendem, designadamente com a identidade das redes de ensino superior, a competição entre instituições, com a pertinência e o contributo para o desenvolvimento regional, a empregabilidade, a competitividade das formações e investigação desenvolvidas e com a urgência da criação de massa crítica.

As questões da qualidade e da construção da excelência estão no centro das preocupações do CNE, que tem vindo a alertar para a necessidade de consolidar os processos de avaliação e tem defendido a importância dos estudos na sustentação das decisões políticas e no governo das instituições. Os estudos que visam conhecer e avaliar os processos de desenvolvimento e as práticas existentes são igualmente essenciais, quer para tornar mais inteligíveis aos olhos dos estudantes as formações e as saídas profissionais e melhor tomarem as suas opções, quer para corrigir e aperfeiçoar os currículos e as práticas pedagógicas existentes.

A produção de conhecimento sobre as práticas de ensino universitárias não tem uma história longa. Pensar o currículo e a pedagogia na universidade pareceu durante muito tempo uma inutilidade. Os currículos científicos profissionalizantes, em que se incluem as formações médicas, abriram caminho à mudança e alargamento do conceito de currículo, nomeadamente em países anglo-saxónicos, e, também, em Portugal. O Processo de Bolonha contribuiu para que se generalizassem na Europa preocupações pedagógicas. Surgem na organização do ensino cuidados com temas relacionados, designadamente com a utilização pedagógica das tecnologias de Informação e comunicação, com os resultados dos alunos, com as estratégias de organização das aprendizagens, com a compreensão de factores de sucesso e com a formação pedagógica dos professores. São questões complexas que um bom governo das instituições já não pode ignorar.

Pensar o futuro exige conhecer melhor as práticas existentes no presente.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O CNE tem procurado acompanhar a evolução das instituições e os esforços existentes em Portugal e na Europa para estabelecer diálogos e parcerias entre instituições, no sentido de uma utilização mais eficaz dos recursos.

Em 2010 realizámos um seminário internacional em que intervieram responsáveis por instituições de outros países europeus que apresentaram casos de realização de consórcios e fusões. Prosseguindo este caminho, pretende-se com a realização deste seminário reflectir sobre as práticas em desenvolvimento em Portugal, em matéria de associação de instituições.

Na pesquisa que realizámos com base em contactos com instituições e também em dados mobilizados para o Estado da Educação, fornecidos pela Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, identificámos casos muito interessantes de associação interinstitucional de esforços e realização de consórcios, designadamente para a realização de formações avançadas. Alguns desses casos serão aqui apresentados hoje. Muitos outros poderiam ser expostos, mas esta não será a última iniciativa do CNE nesta matéria e contamos continuar a seguir a evolução desta problemática nas instituições de ensino superior portuguesas.

Numa altura de grande instabilidade e de graves dificuldades económicas é ainda mais necessário pensar a reconfiguração do sistema, a sua equidade, a sua competitividade, de modo a permitir, por um lado, uma utilização mais eficaz dos recursos humanos e materiais e, por outro, melhorar o desempenho das Instituições nas diversas frentes: ensino, investigação e colaboração com a sociedade.

Ana Maria Bettencourt
Presidente do CNE